

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE DUQUE DE CAXIAS - RIO DE JANEIRO

Proc. nº 0003865-12.2013.8.19.0021

**MASSA FALIDA DE RIONIL COMPOSTOS VINÍLICOS LTDA.**, neste ato representada por seu Administrador Judicial, **MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, nos autos da Falência em epígrafe, vem a Vossa Excelência apresentar relatório circunstanciado do feito, na forma que segue.

**I. Dos ofícios de praxe – art. 99, X, da Lei 11.101/2005**

01. Quando da prolação da sentença de quebra, às fls. 2.298-2.304, esse respeitável Juízo determinou, dentre outras providências, a expedição dos ofícios de praxe a que se refere o art. 99, X, da Lei 11.101/2005, a saber, aqueles direcionados aos órgãos e repartições públicas e outras entidades para ciência, bem como para que informem a existência de bens e direitos da ora Falida, de modo a inventariá-los.

02. Na sequência, foram expedidos diversos ofícios, dentre os quais, (i) Receita Federal, para envio das declarações de renda da Falida relativas aos últimos 5 (cinco) anos; (ii) ao DETRAN-RJ; (iii) ao SISBAJUD, para realizar o bloqueio de valores nas contas de titularidade da Falida; (iv) às Fazendas Nacional, Estadual do Rio de Janeiro e de São Paulo e Municipal de Duque de Caxias e São Paulo; (v) ao Tribunal Marítimo; (vi) à JUCERJA e JUCESP; (vii) à Polícia Militar do Rio de Janeiro; (viii) à Polícia Federal; (ix) à Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras; (x) ao Banco Central do Brasil, (xi) ao 1º e 2º Ofícios de Protesto de Títulos de Duque de Caxias; (xii) ao 1º Ofício de Notas e Registros de Imóveis de Duque de Caxias; e, (xiv) ao 3º, 6º e 7º Ofícios de Justiça de Duque de Caxias.

03. Considerando que as respostas dos aludidos ofícios são essenciais ao bom andamento do feito, esta Administração Judicial informa que irá aguardar o retorno de todos os ofícios expedidos pela diligente Serventia, para, então, concluir o minucioso exame das informações prestadas, ressaltando, ainda, a necessidade de se aguardar as respostas dos cartórios de protesto de títulos, com o fim de se apontar o correto Termo Legal Falimentar. Na oportunidade, comunica ciência daqueles que já retornaram.

## II. Da Petição do Ministério Público de fl. 2.828

04. O Ministério Público, por petição de fl. 2.828, exarou ciência de todo o acrescido nos autos, sobretudo da respeitável sentença de quebra, pugnando que o cartório certifique se houve o cumprimento de todas as determinações contidas nos itens 1 a 13 do *decisum*. Na ocasião, o *Parquet* manifestou sua não oposição aos pedidos formulados por esse Administrador Judicial, com exceção do item 7, o qual entendeu pela necessidade de prévia intimação da Falida.

05. O *Parquet* requereu, ainda, que esse Administrador Judicial se manifeste sobre fls. 2.637-2.638, fls. 2.664-2.672, fls. 2.641-2.660, fls. 2.724-2.726, fl. 2.786 e fls. 2.802-2.804, o que passa a fazer abaixo:

- 1) Fls. 2.637-2.638 (index 406): representantes legais da Falida postulam a dilação de prazo, por 90 (noventa) dias, para a entrega da Relação de Credores, bem como das informações previstas no art. 104, I, da LFR. A despeito disso, cumpre informar que a Relação de Credores já foi apresentada às fls. 2.852-2.857, e a relação de bens e direitos às fls. 2.866-2.884.
- 2) Fls. 2.664-2.672 (index 410): Os representantes legais da Falida rogam pelo reconhecimento da impenhorabilidade e o consequente desbloqueio dos valores oriundos da conta conjunta onde são depositados os proventos de suas aposentadorias, em razão da natureza alimentar. Neste ponto, este subscritor reconhece os precedentes alegados. Sem oposição.

- 3) Fls. 2.641-2.660 (index 408): Pedido de restituição, feito pela União, em relação a valores de Imposto de Renda dos empregados da Falida, uma vez que foram retidos na fonte e não repassados. Neste sentido, importante mencionar a novidade trazida pela Lei nº 14.112/20, que incluiu o inciso IV no artigo 86 da Lei 11.101/05 e sedimentou a jurisprudência que vinha se consolidando nos Tribunais Superiores, de modo a garantir a preferência para o pagamento dos tributos passíveis de retenção na fonte, que deverão ser pagos antes mesmo da ordem de classificação estabelecida pelo artigo 83. Todavia, para que o requerimento formulado seja instruído em conformidade com o artigo 87, §1º da lei de regência, esta Administração Judicial requer o desentranhamento da referida peça, distribuindo-se por dependência a estes autos.
- 4) Fls. 2.724-2.726, fls. 2.786-2.800 e fls. 2.802-2.804: petições informando a existência de créditos em favor das Fazendas Nacional e Municipal de Duque de Caxias. Nesse sentido, em que pese a ausência de publicação do edital do artigo 99, 1º§, esta Administração entende, em prestígio aos Princípios da Celeridade e Economia Processual, que as informações prestadas se revelam suficientes para a instauração dos Incidentes de Classificação de Crédito Público em relação às respectivas Fazendas, consoante preconiza o artigo 7-A, da Lei 11.101<sup>1</sup>. Deste modo, postula-se o desentranhamento das aludidas peças e a posterior autuação em apartado ao presente feito.

### III. Demais diligências necessárias ao prosseguimento da presente falência

06. A análise esmiuçada da presente falência permite atestar que existem alguns pedidos de habilitação de crédito equivocadamente protocolados nestes autos. Isto porque o feito ainda aguarda a publicação do Edital previsto no art. 99, parágrafo primeiro, da LRF, que inicia o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação de habilitações e divergências de crédito administrativas, isto é, diretamente com o Administrador Judicial. Assim, esse Auxiliar do Juízo pugna pelo desentranhamento dos pedidos de habilitação de crédito de fls. 2.750-2.785 e fls. 2.833-2.843, cabendo aos credores aguardar a publicação do competente edital, para, então, enviar as habilitações de crédito ao Administrador Judicial.

<sup>1</sup> Com redação dada pela Lei nº 14.112/2020

07. No que se refere às manifestações de fls. 2.889-2.905 e fls. 2.907-2.913, nas quais requer-se a reserva de créditos para satisfação das dívidas oriundas das Execuções Fiscais nº 0007716-96.2016.4.02.5118 e nº 5001094-71.2020.4.02.5118, esta Administração Judicial elucida que já procedera a prenotação das devidas reservas, na forma do art. 6º, §3º. Outrossim, comunica que será analisada a pertinência de eventuais embargos às referidas execuções.

08. No ensejo, esse Administrador Judicial informa que a petição da Fazenda Estadual do Rio de Janeiro de fls. 2.955-2.956, noticiando a existência de crédito seu favor no valor de R\$ 5.935.673,29 (cinco milhões novecentos e trinta e cinco mil seiscentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos), deverá ser desentranhada, para posterior autuação como Incidente de Classificação de Crédito Público, nos moldes do art. 7-A da Lei 11.101/2005, incluído pela Lei 14.112/2020.

09. Para além disso, esse Administrador Judicial requer sejam apreciados por este respeitável Juízo os pedidos contidos nos itens (1), (2), (3), (4), (7) e (8) do seu relatório inicial, acostado às fls. 2.806-2.813.

## Eminente Magistrado

*Ex positis*, visando dar escorreito seguimento ao processo, requer a Vossa Excelência, reiterando e complementando os pedidos já formulados no Relatório Circunstanciado de fls. 2.806-2.8013, se digne de:

(1) obter, via BACENJUD e INFOJUD, os endereços atualizados e as últimas cinco declarações de renda dos sócios da Falida:

- Sr. Alain Jean Maurice Besse (CPF nº 579.365.958-72)
- Sra. Zuleide Barbosa Besse (CPF nº 656.824.168-72)

(2) determinar a expedição de ofício ao 14º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo – SP, a fim de que seja encaminhada a este juízo a certidão de ônus reais atualizada do imóvel localizado na Rua Tuiucuê, nº 50, apt. 111, Edifício *Port Royal*, Jardim da Saúde, São Paulo – SP, e registrado na matrícula de nº 159.144.

(3) intimar a Falida, na pessoa de seus sócios, para comprovar a efetiva entrada nas contas da empresa dos recursos oriundos do contrato de financiamento realizado junto ao fundo de investimentos LECCA CFI;

(4) determinar expedição de ofício à JUCERJA, a fim de averiguar se o Sr. Alain Jean Maurice Besse e a Sra. Zuleide Barbosa Besse figuram como sócios em outras empresas;

(5) determinar o lacre do estabelecimento comercial, localizado na Rodovia Washington Luiz, nº 14.235, Chácara Rio Petrópolis, Duque de Caxias/RJ, CEP 25.213-005, a fim de que seja arrecadado e, conseqüentemente, se proceda com nova avaliação do imóvel e de todo o maquinário ali constante;

(6) determinar o desentranhamento do pedido de restituição feito pela União às fls. 2.641-2.660 (index 408), distribuindo-se por dependência, em apartado ao feito falimentar;

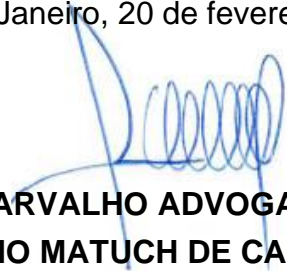
(7) instaurar, consoante as informações prestadas pelas Fazendas às fls. 2.724-2.726, fls. 2.786-2.800, fls. 2.802-2.804 e fls. 2.955-2.956, Incidente de Classificação de Crédito Público (artigo 7-A da lei de regência), desentranhando as peças já protocoladas e autuando-as em apartado ao presente feito;

(8) determinar a publicação do edital a que alude o art. 99, parágrafo primeiro, da lei de regência, com base na relação nominal de credores juntada às fls. 2.852-2.857, visando inaugurar a fase administrativa de verificação de créditos e consolidar o Quadro Geral de Credores da Massa Falida;

(9) determinar o desentranhamento dos pedidos de habilitação de crédito de fls. 2.750-2.785 e fls. 2.833-2.843, eis que não se trata da via adequada para tanto, cabendo aos credores aguardar a publicação do Edital a que alude o art. 99, parágrafo primeiro, da LRF;

(10) fixar os honorários deste Administrador, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda do ativo da massa falida, na hipótese de se encontrar bens passíveis de serem arrecadados, na forma do artigo. 24, §1º, da Lei nº 11.101/2005, cabendo salientar que o feito falimentar se encontra na fase inicial.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2022.



**MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS**  
**JULIO MATUCH DE CARVALHO**  
**Administrador Judicial**  
**OAB/RJ 98.885**